



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7767 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Jonas Sales dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

Mônica Dias Peregrino Ferreira - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

João Vitor Fontoura Jardim - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Jaqueline Lopes Freitas - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

### CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

Os estudos sobre juventude avançam à medida em que se consideram as especificidades contidas dentro da unidade. Ao entrar nos conflitos das sociedades contemporâneas do seu tempo, os jovens são sujeitos importantes para questionar os esquemas geradores de classificação social. Por serem confrontados pela primeira vez com as imposições das instituições ou com os desequilíbrios da ordem social, se estruturam a partir das imposições institucionais ou se estruturam apoiados nos novos sistemas naturalizados. O mundo social passa a ser construído com base na relação que estabeleceu com as instituições ou com os novos códigos produzidos a partir do questionamento (MANNHAEIM, 1968). Destaca-se há uma espécie de ‘autorização para errar’ dada aos jovens para que eles construam trajetórias apoiados em diferentes experiências.

A juventude interroga as estruturas sociais, revitaliza os valores naturalizados, propõe novas regularizações e elabora estratégias para entrar na vida a partir dos acontecimentos do seu tempo. Mannheim (1968) diz que esses movimentos acontecem porque os jovens observam os acontecimentos às margens das sociedades. É exatamente a posição de marginal da juventude que a agrega como grupo social. Este lugar possibilita o estranhamento das normatizações e dos códigos de estruturação da sociedade e induz as modificações. Os diferentes grupos de jovens se constituem como uma categoria social justamente por serem marginais e produzem experiências a partir dos acontecimentos contemporâneos do seu tempo de juventude, com uma certa tolerância ao erro.

Outrossim, dentro de um mesmo sistema de valores ou inclusos num mesmo acontecimento social, os jovens se relacionam com as estruturas de modo a produzirem diferentes ‘maneiras de ser’ ou diferentes ‘maneiras de agir’. Em virtude da pluralidade cultural, de classe, raça, gênero e território, modos de estar e participar da sociedade (co)existem. Por isso é conveniente o uso de juventudes, no plural, consequência das diversas possibilidades de combinações das condicionantes sociais e das distintas experiências construídas. Por isso os estudos sobre juventude são complexo visto que ao mesmo tempo que

constituem-se como uma unidade social, nos exigem recortes para compreender como estruturam as vidas a partir das condições que lhes são próximas.

Bourdieu (1983) contribui com esse debate ao propor a ideia de que a juventude é apenas uma palavra. Ele chama atenção para ter cautela quando usamos o conceito de Juventude, uma vez que precisamos considerar as classificações possíveis, pois elas estão sobre a égide de um campo de relações com limites, conflitos interpessoais, disputas institucionais e organização local. O recorte revela as fronteiras presentes na sociedade e indicam as posições sociais a partir da lógica de um espaço simbólico instituído pelo lugar onde se socializam. Por isso é importante cautela para não simplificar ou generalizar as diferentes realidades, de modo a categorizar a multiplicidade dos modos de ‘ser jovem’ num conceito universalizante. Logo, juventude é uma unidade social composta por sujeitos que experimentam o tempo da juventude a partir de combinações sociais inerentes às condições que acessam.

Assim fundamentados, analisaremos as políticas públicas para juventude no Brasil. Elaboramos um quadro com as legislações que expressam os conjuntos de decisões tomadas pelo governo federal entre os anos de 2002 até 2016. Encontramos políticas públicas próprias para a juventude, com recortes de idade definido e com centralidade nas demandas específicas dos jovens. Este inventário de políticas nos fez perceber como o governo federal organizou as demandas e atribuiu novo significado, quando comparado as políticas pulverizadas da segunda metade da década de 90.

O ciclo de políticas públicas dos governos PTs colocou as juventudes no sistema político à medida em que elaboraram procedimentos formais para dar suporte as reivindicações dos jovens. A criação da Secretaria Nacional de Juventude; Conselho Nacional de Juventude e do Estatuto da juventude comprovam que os jovens deixaram de ser um ‘estado de coisas’, sem relevância para os tomadores de decisão, para tornarem-se ‘problema político’, uma prioridade na agenda governamental (RUA, 1997). As conferências se tornaram espaço tão importantes para o governo que, através de legislações, foram estabelecidos regimento, metodologia e periodicidade para compreender as demandas dos jovens (PEREGRINO, DIÓGENEZ, SOUZA, 2018).

O governo PT ressignifica a maneira de compreender a juventude. Antes as políticas de juventude não tinham centralidade (SPOSITO, CARRANO, 2003). Os jovens eram vistos a partir das condições de estudantes, violência, de gravidez na adolescência ou usos de drogas. Os ministérios produziam ações visando a ocupação do tempo livre. O governo PT retira o estigma de problema social, ou como etapa de escolarização apenas e articulam os movimentos e coletivos de juventudes, a fim de aprofundar as várias possibilidades de combinação para usarem o tempo da juventude e confeccionam um espaço de fala para os diferentes jovens expressarem ‘seus modos de’ usarem a juventude. As demandas passam a ser organizadas e sistematizadas e transformadas em políticas públicas.

Nós analisamos as políticas e percebemos que elas se relacionavam a partir daquilo que nomeamos aqui como políticas sínteses. Ela necessita de amplo debate no Congresso Nacional e após passar por um intenso processo democrático, tornam-se projetos discriminados e amparados em lei. As políticas sínteses são resultados de uma ação conjunta entre Secretarias, Ministérios e sociedade civil, por isso são interministeriais e intersetoriais. As políticas sínteses induzem ou servem de fundamentos para outras políticas, o que denominamos de políticas de desdobramentos. As políticas de desdobramentos atendem as especificidades das juventudes, permitindo a implementação das demandas dos jovens, bem como a ‘capilarização’ das ações públicas para a juventude. De maneira geral essas políticas tentam, de maneira prática, subsidiar a variedade das necessidades das juventudes.

O quadro abaixo ilustra a linha de tempo das políticas para juventude. Ela ainda está aberta, porque estamos analisando os dados. Metodologicamente, seguimos as seguintes etapas: inventariamos as políticas, aprofundamos as legislações que a estabeleceram, realizamos entrevista com gestores da SNJ e formulamos dois conceitos: políticas sínteses e políticas de desdobramentos. Como esta é uma pesquisa ainda em andamento, já estão agendadas novas entrevistas com intelectuais, pesquisadores e gestores que ocuparam posições-chave, para uma compreensão mais profunda dos processos de elaboração e implementação das políticas de juventude. Para o trabalho final, objetivamos recortar nossa pesquisa nas políticas que subsidiaram a composição entre escola e trabalho, que é o nosso objeto de interesse. Nesse sentido, o quadro apresenta resultados preliminares. À considerar nossa agenda, até dia 22 de outubro já estamos com a entrevista realizada e a análise finalizada.



Palavras-chaves: Juventude. Juventudes. Políticas.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. Questões de sociologia: Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-121.1983

MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: Brito, S. Sociologia da juventude I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p.69-95.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. *Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil*. Revista de Ciências Sociais, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. 38 Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SPOSITO, M. P., & CARRANO, P. C. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, 2003 p.16-39.